



Comissão vota amanhã integração da segurança

Política para a segurança pública e a defesa social da União, dos estados e dos municípios, com planejamento para 10 anos, está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e tem relatório favorável

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social deve ser votada amanhã na Comissão de Constituição e Justiça. A previsão é de um planejamento para 10 anos. Estados e municípios terão dois anos para elaborar e implantar seus planos de segurança, enquanto as

ações de âmbito nacional serão avaliadas anualmente. Da comissão, a proposta segue para o Plenário do Senado, de onde vai a sanção caso seja aprovada sem alterações. A aprovação foi recomendada pelo relator, Antonio Anastasia. O projeto cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp),

integra os entes federados na implementação de ações para o setor, busca capacitar e proteger os profissionais, estimula o compartilhamento de informações e a cooperação entre agentes e órgãos de segurança e estabelece mecanismos de avaliação e controle social, com participação popular.

Congresso deve analisar cargos para o Gabinete de Intervenção no RJ

Prisão domiciliar para gestantes e mães de prematuros está na pauta

3

especial
cidadania



Arthur Moreira/Agência Senado

Mulheres dedicam ao lar 10 horas a mais por semana que os homens

Desequilíbrio na divisão de tarefas domésticas sobrecarrega mulheres

A participação feminina no mercado de trabalho já é quase igual à masculina no Brasil. Dentro de casa, no entanto, persiste a desigualdade: as mulhe-

res dedicam às tarefas domésticas quase o dobro do tempo que os homens. Essas atividades poderão ganhar reconhecimento como parte da economia. 4 e 5

Encartado
nesta edição,
o *Jornal
Senado Mulher*



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Entre religiosos, Fátima Bezerra (C) preside a sessão especial em homenagem à Campanha da Fraternidade 2018, da CNBB

Senado homenageia Campanha da Fraternidade

Em sessão especial realizada ontem em homenagem à Campanha da Fraternidade 2018, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos

do Brasil (CNBB), religiosos e senadores denunciaram os altos índices de violência no país. Com o tema "Superação da Violência — em Cristo

somos todos irmãos", a CNBB pretende estimular forças sociais e políticas a combater as causas estruturais da explosão da criminalidade. 2

Brasil precisa ampliar acordos comerciais, dizem especialistas

Debatedores defenderam ontem, em audiência na Comissão de Relações Exteriores, que o Brasil deveria aproveitar as disputas comerciais internacionais

para ampliar acordos de importação e exportação. Eles também pediram a redução das tarifas de importação brasileiras, o que ajudaria a aumentar o PIB nacional. 7



Valdir Raupp (C) coordena audiência pública sobre comércio internacional



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Paulo Paim (3º à dir.) preside audiência pública sobre concentração de renda

Sistema tributário beneficia os mais ricos, afirmam debatedores

Especialistas defenderam mudanças na legislação tributária para reverter a concentração de renda no Brasil. A avaliação foi feita ontem em audiência pública na Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Segundo os debatedores, o atual sistema beneficia os mais ricos, que têm mais isenções fiscais e pagam menos impostos. 8

Jornalistas pedem combate à violência contra a imprensa

Participantes de audiência no Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso, lamentaram ontem a impunidade nos crimes de assassinato e agressão cometidos contra jornalistas e radialistas em razão do seu trabalho. Eles afirmaram que, sem liberdade de imprensa, a democracia não existe. 6

Servidores criticam projeto sobre alíquota previdenciária

Representantes de entidades de servidores públicos criticaram ontem, em audiência pública, a possibilidade de a alíquota de contribuição dos servidores ser triplicada. Segundo eles, projeto em tramitação no Senado sobre compensação previdenciária permite uma cobrança suplementar em caso de déficits financeiros e atuariais. 8

Gerência: Mageda/Agência Senado



Convidados e parlamentares acompanham execução do Hino Nacional durante homenagem à campanha de 2018

Em sessão especial, CNBB pede combate a violência

Em homenagem do Senado à Campanha da Fraternidade, religiosos e senadores denunciaram os índices alarmantes de violência no país e pediram o combate às causas estruturais do problema

O SENADO REALIZOU ontem uma sessão em homenagem à Campanha da Fraternidade 2018, uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Neste ano, o tema da campanha é “Superação da violência — em Cristo somos todos irmãos”.

Com esse tema, a CNBB pretende estimular as forças sociais e políticas a combater as causas estruturais da explosão de violência vivenciada pelo país nos últimos anos.

Para o coordenador da Campanha da Fraternidade, padre Luís Fernando da Silva, o objetivo da Igreja Católica ao tratar do tema é também

alertar a sociedade para “as múltiplas formas de violência à dignidade humana que vêm se naturalizando de maneira escandalosa no país”.

A CNBB considera que privar contingentes inteiros da população de exercer os direitos sociais mais elementares é o que mais estimula a violência, e que o momento atual é de profunda crise de coesão social, abrindo espaço ainda para o aumento da violência em âmbito institucional.

A secretária-geral do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), pastora Romi Bencke, também entende que o Brasil é um país dominado

pela cultura da violência, pois foi formado e é gerenciado há séculos negando direitos à maior parte de sua própria população.

Para a religiosa, essa tradição de “negar o outro”, manifestada historicamente no extermínio dos índios, na escravização das populações negras e posteriormente na super-exploração dos mais pobres, é o que está na raiz dos altos índices de violência no Brasil.

— Essa cultura de negação de direitos ao outro produz uma das sociedades ao mesmo tempo mais desigual e mais violenta do mundo. No fundo, nos tornamos uma sociedade incapaz da convivência democrática, porque aqui a desigualdade profunda de poder e renda parece ter sido naturalizada e a transformação desta estrutura econômica e social simplesmente não é aceita — disse Romi.

Para a secretária do conselho, a mentalidade de exclusão está presente em políticas hoje em curso, como no teto de gastos em investimentos sociais e na reforma trabalhista, que, a seu ver, gerarão apenas mais desagregação social e violência.

Inclusão de jovens

Durante a sessão, também foi exibido vídeo de projetos sociais no âmbito de atuação da Igreja Católica, voltados para a inclusão de jovens de comunidades desfavorecidas em diversos estados do país.

O vídeo enfatiza que todos os projetos, que têm foco na formação educacional, profissional, cidadã e espiritual, têm produzido resultados concretos na empregabilidade dos jovens e na redução dos índices de violência nas comunidades onde moram ou trabalham.

dependendo da localidade, se manifesta também de dia.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também disse entender que a CNBB, com a campanha, alerta o país “para o triste momento que vive”.

— O Brasil passa por tempos absolutamente angustiantes, com a violência nas ruas, nas relações domésticas, ofendendo pobres, indefesos, vulneráveis. E também agredindo, com visíveis propósitos autoritários, as mais preciosas instituições e os mais caros valores nacionais.

Hélio José (Pros-DF) pediu que a CNBB se engaje mais no processo eleitoral deste ano e afirmou ter se baseado em posicionamentos da Igreja em sua atuação parlamentar contrária às reformas da Previdência e trabalhista.

Para Paulo Paim (PT-RS), a CNBB “pôs o dedo na ferida” ao denunciar que a raiz dos altos índices de violência no país também está na estrutura social historicamente injusta.

Projetos destinam R\$ 107,7 milhões para MPU e Judiciário

O Poder Judiciário e o Ministério Público da União (MPU) podem ganhar reforço orçamentário de R\$ 107,7 milhões. Os recursos constam em dois projetos de crédito adicional (PLNs) enviados pelo governo ao Congresso Nacional.

O PLN 9/2018 abre crédito de R\$ 92,2 milhões para o MPU e para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho. Já o PLN 10/2018 abre crédito no valor de R\$ 15,5 milhões para o MPU e as Justiças Federal e do Trabalho. Os recursos serão usados em custeio, reforma e construção de prédios.

Segundo o governo, os crê-

ditos adicionais foram solicitados pelos próprios órgãos e, para não afetar as metas fiscais deste ano, serão custeados com cancelamentos de despesas do Orçamento de 2018.

Pelas regras legislativas, os dois projetos devem ser votados primeiro na Comissão Mista de Orçamento e depois no Plenário do Congresso. A comissão, no entanto, ainda não foi instalada. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pode levar a votação direto para o Plenário. Ele usou esse expediente recentemente, com outros cinco PLNs.

Da Agência Câmara

Raupp aplaude iniciativa da Igreja e cobra políticas de segurança

A Campanha da Fraternidade deste ano, que promove a superação da violência, foi tema do pronunciamento de Valdir Raupp (PMDB-RO) em Plenário.

O senador cobrou políticas públicas para combater o problema. Para ele, é necessário aumentar as forças de segurança, a velocidade da Justiça e a capacidade carcerária.

Mas, de acordo com Raupp, só a abordagem policial e a abordagem penal não são capazes de combater a violência e pacificar a nação.

— A paz social, tão almejada e, ao mesmo tempo, cada vez mais distante, só poderá ser alcançada quando a sociedade brasileira se der conta de que somos verdadeiramente todos irmãos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Diretor da Antaq**
9h Sabatina para recondução de Adalberto Tokarski à diretoria da Antaq. Em seguida, deliberativa com 11 itens.
- ESTATUTO DO TRABALHO Direito**
9h Audiência para debater direito processual do trabalho.
- MP 814/2017 Eletrobras**
9h30 Análise do relatório da MP da privatização da Eletrobras.
- CAE Indicadores**
10h Audiência com o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, para debater indicadores fiscais e econômicos. Em seguida, deliberativa com 14 itens, entre eles, o PLC 70/2014, que proíbe uso de animais em testes de cosméticos.
- CCJ Presidários**
10h Audiência sobre PLS 580/2015, que obriga o preso a ressarcir o Estado.
- CRA Reforma agrária**
11h Audiência para debater reforma agrária, política de assentamentos rurais e devastação da Amazônia.
- SESSÃO SOLENE Dia das Mães**
11h Sessão solene no Plenário do Congresso em comemoração aos 100 anos do Dia das Mães no Brasil.
- CE Educação básica**
11h30 Na pauta, o PLS 299/2014, que institui a aplicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- CMA Patentes verdes**
11h30 Entre os 16 itens da pauta, o PLS 158/2012, que prioriza o registro de patentes verdes.
- CAS Imposto de importação**
14h Audiência para discutir os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Reunião**
14h Análise de requerimentos.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h MP sobre compensação ambiental tranca a pauta.
- CCT Lei Geral de Telecomunicações**
14h30 Audiência para debater o PLC 79/2016, que muda a Lei Geral de Telecomunicações. Em seguida, análise de proposta de avaliação de política pública.
- LEI KANDIR Relatório**
14h30 Análise do relatório final da comissão.
- MP 818/2018 Estatuto da Metrópole**
15h Análise de relatório da MP que modifica o Estatuto da Metrópole e altera prazo para a criação de planos de desenvolvimento urbano no país.
- CONGRESSO Intervenção federal**
15h Votação de três projetos, entre eles o PLN 7/2018, que viabiliza provimento de cargos no gabinete do interventor federal no Rio de Janeiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Sistema Único de Segurança: relatório favorável

Comissão de Constituição de Justiça avalia amanhã proposta que cria uma integração nacional de agentes, órgãos e informações com avaliações anuais e controle social

PREVISTA PARA DURAR 10 anos, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social pode ser aprovada amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Estados e municípios terão dois anos para elaborar e implantar seus planos de segurança, enquanto as ações projetadas em âmbito nacional serão avaliadas anualmente. Depois da CCJ, a proposta segue direto para o Plenário do Senado, de onde vai a sação caso seja aprovada sem alterações.

Esse conjunto de políticas é uma demanda estabelecida pela Constituição e integra um projeto (PLC 19/2018), de iniciativa da Presidência da República, com aprovação recomendada pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O relatório lista cinco virtudes da proposta. Além de criar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) — inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS) —, o projeto integra todos os entes federados na implementação de ações para o setor, busca capacitar, proteger e valorizar seus profissionais, estimula a articulação, a colaboração, o compartilhamento de informações, a cooperação, a integração entre agentes e órgãos de segurança, inclusive o Sistema Brasileiro de Inteligência, e estabelece mecanismos de avaliação e controle social, com participação popular.

“O projeto é conveniente e oportuno. Há muitos anos a comunidade de segurança pública reclama da falta de uma política e de um plano nacional para o setor. Além disso, até hoje não foi editada a lei prevista no art. 144 da Constituição, para disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública”, considerou o relator.

Estratégias

O ponto de partida para viabilizar a política é a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos estados,

do DF e dos municípios, em articulação com a sociedade.

O projeto prevê auxílio da União aos entes federados que não tiverem condições de implementar o Susp. O órgão central do Susp será o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Caberá ao ministério fixar as metas do Plano Nacional de Segurança Pública, a serem avaliadas anualmente. Os integrantes do sistema poderão atuar nas vias terrestres e aquáticas, portos, aeroportos e terminais rodoviários. Outra preocupação é estabelecer mecanismos de controle e transparência das ações em segurança pública, regulando a atuação do controle interno, dos órgãos de correição e das ouvidorias.

A definição do novo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) vai passar a abranger informações sobre armas, munições, impressões digitais e perfis genéticos. Outros referenciais para fomentar ações serão os planos decenais e o sistema nacional de informações e de gestão de segurança pública e defesa social, o plano nacional de enfrentamento de homicídios de jovens, e a prevenção e o controle de atos ilícitos contra a administração pública.

Fundos

Esse esforço de aperfeiçoamento do aparato de segurança pública conta ainda com o suporte do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), e dos fundos estaduais, distrital e municipais. O projeto assegura que as transferências de recursos para o Funpen e o FNSP serão de execução obrigatória, não podendo, portanto, sofrer contingenciamento pela União.

A capacitação e a valorização do profissional em segurança pública e defesa social estão entre as prioridades elencadas pela proposta, por meio do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional, da



Anastasia destaca que o projeto trata da capacitação dos profissionais e da articulação com a sociedade

Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública e do Programa Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública.

Articulação

Está prevista a implementação de programas articulados com escolas, sociedade e família para prevenção da criminalidade.

O Susp também terá como integrantes as polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal, as polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares, as guardas municipais, os agentes penitenciários, os peritos, os agentes de trânsito e as guardas portuárias. Se estados, Distrito Federal e municípios deixarem de alimentar o Sinesp, ou não respeitarem o prazo de dois anos para elaboração de seus planos de segurança, poderão ficar impedidos de receber financiamento federal para programas do setor.

Todos os entes federados têm permissão para criar conselhos permanentes de segurança pública e defesa social. Sua composição deverá contar com representantes governamentais junto ao Susp, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, e integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de entidades e organismos sociais vinculados à segurança pública.

Segurança pública integrada

Meios e estratégias



O ponto de partida para viabilizar a nova política é a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos estados, do DF e dos municípios, em articulação com a sociedade. O Susp será subordinado ao Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Caberá ao ministério fixar as metas do Plano Nacional de Segurança Pública, a serem avaliadas anualmente. Já estados e municípios terão dois anos para elaborar e implantar seus planos de segurança. O projeto prevê auxílio da União aos entes federados para implementar o sistema. Também fazem parte do sistema planos decenais, o sistema nacional de informações e de gestão de segurança pública e defesa social, o plano nacional de enfrentamento de homicídios de jovens, e a prevenção e o controle de atos ilícitos contra a administração pública.

Fundos e valorização profissional



O sistema contará com o suporte dos fundos de financiamento da segurança pública e defesa social: o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e os fundos estaduais, distrital e municipais. As transferências de recursos para o Funpen e o FNSP serão de execução obrigatória. A capacitação e valorização do profissional em segurança pública e defesa social é uma prioridade elencada pela proposta. O fato de o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública e o Programa Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública figurarem entre os meios e as estratégias para implementação da política demonstra como a proposta está voltada aos operadores da segurança pública e defesa social.

Outros pontos do PLC 19/2018



O Susp também terá como integrantes a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares, as guardas municipais, os agentes penitenciários, os peritos, os agentes de trânsito e as guardas portuárias. Todos os entes federados têm permissão para criar conselhos permanentes de segurança pública e defesa social. O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida uma recondução. Está prevista a implementação de programas articulados com escolas, sociedade e família para prevenção da criminalidade. Tal estratégia pode ter como suporte, inclusive, a criação da disciplina “prevenção da violência” nos currículos escolares. O Susp deverá pautar sua atuação pelos seguintes princípios: proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais, promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, resolução pacífica de conflitos, uso proporcional da força, participação e controle sociais, e proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública.

Congresso analisa cargos para a intervenção no RJ

O Congresso Nacional pode votar hoje projeto que modifica a Lei Orçamentária (LOA) e prevê a criação de 231 cargos e funções. Desse total, 67 referem-se à composição do gabinete de intervenção federal no Rio de Janeiro.

De acordo com o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 6/2018, os 164 restantes são cargos em comissão destinados a atividades de direção e assessoramento na área de

segurança pública e ao atendimento de outras demandas prioritárias do Poder Executivo Federal.

Também está na pauta da sessão, convocada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, outro projeto enviado pelo governo (PLN 7/2018) com ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para complementar a criação de cargos.

Senadores e deputados

devem votar ainda o Projeto de Resolução do Congresso (PRN) 3/2017, que institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

A proposta, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) prevê que a jornada será realizada a cada dois anos para promover o debate e a uniformização de entendimentos e jurisprudência sobre matérias relacionadas ao controle externo da administração pública.

Prisão domiciliar para gestantes pode ser votada hoje no Plenário

O projeto que determina a troca da prisão preventiva pela prisão domiciliar para gestantes e mães de recém-nascidos ou de pessoas com deficiência está na pauta de hoje do Plenário.

A autora do PLS 64/2018, Simone Tebet (PMDB-MS), argumenta que a separação da mãe é prejudicial para as crianças e a presença dos fi-

lhos na prisão é inviável.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é de que a criança que fica na prisão para ser cuidada pela mãe também cumpre uma pena. Além disso, Simone afirma que as penitenciárias não oferecem exames de pré-natal, assistência pós-parto e condições necessárias para o desenvolvimento da criança.

Divisão de tarefas domésticas ainda é desigual no Brasil

Participação dos homens nos cuidados com o lar vem aumentando no país, mas as mulheres continuam responsáveis pela maior parte das atividades, mesmo quando trabalham fora de casa tanto quanto eles

Guilherme Oliveira

NO FIM DO ano de 2010, o jornalista e executivo Claudio Henrique dos Santos deixou o Brasil com a família rumo a Cingapura. Sua mulher havia recebido um convite para trabalhar no país asiático. Ele fechou sua recém-aberta loja de vinhos e previu que a experiência anterior como assessor de comunicação em grandes empresas multinacionais abriria portas profissionais no novo país.

Ao chegar lá, a realidade foi outra, porém. Santos não conseguiu obter um visto de trabalho para o novo lar. Isso não prejudicou a vida da família: o salário da esposa era suficiente para dar ao casal e à filha de 3 anos uma condição confortável. No entanto, a situação mexeu com a cabeça dele.

— Eu era um cara supermachista. Não sabia, mas era. Passei o primeiro ano com dificuldades. Eu trabalhei a vida inteira, nunca dependi de ninguém e de repente precisava pedir dinheiro para a minha mulher para comprar um sanduíche.

Sem trabalhar fora, o jornalista se incumbiu da vida doméstica — apenas para passar o tempo, como ele próprio admite, e não por um senso de responsabilidade. Afinal, entendia que aquela não deveria ser sua função.

— Para mim era assim: o gato mia, o cachorro late e a mulher cuida da casa e dos filhos. Parecia



uma coisa tão natural.

Pouco tempo depois, a mulher foi promovida e transferida para os Estados Unidos. Santos conta que viu o sucesso da companheira, percebeu que a família estava levando uma boa vida e percebeu que não podia ser egoísta a ponto de se rebelar contra isso. Decidiu “sair do armário”: a partir dali, tornou-se dono de casa em tempo integral.

A transformação forçada abriu os olhos de Santos, mas muitos homens brasileiros ainda encaram com normalidade a desigualdade entre os gêneros no compartilhamento das tarefas domésticas. Em abril, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) divulgou números, extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que mostram a diferença da participação de homens e de mulheres nos encargos cotidianos. Apesar de um maior envolvimento deles em comparação com os dados colhidos no passado, ainda são elas que carregam a maior parte do fardo: dedicam o dobro do tempo às tarefas domésticas.

Dupla jornada

Um fator que contribui para alimentar essa desigualdade está associado, curiosamente, a uma mudança social positiva que se processou nas últimas décadas: a inserção resiliente da mulher no mercado de trabalho formal.

A participação feminina na população economicamente ativa avolumou-se consistentemente de meados do século passado até hoje, chegando mais perto de um equilíbrio com a parcela masculina desse grupo — a disparidade chegava, no fim dos anos 1970, a sete homens e três mulheres em cada grupo de dez trabalhadores.

Também cresceu a taxa de atividade econômica dentro da população feminina, que mais do que dobrou no mesmo período,



Atuação feminina crescente no mercado de trabalho ainda não extinguiu desequilíbrio entre homens e mulheres no compartilhamento de tarefas em casa, mostra IBGE

o, o que significa mais mulheres inseridas ou buscando se inserir no mercado remunerado. Apesar de o auge dessa tendência não ter atingido o mesmo patamar que o da população masculina, a evolução foi bem maior do que a registrada entre os homens.

A especialista em políticas públicas e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Natália Fontoura explica que essa transformação aconteceu sem que houvesse atenção ao que se passava da porta de casa para dentro. A maior participação das mulheres no mercado de trabalho não veio combinada com uma revisão das configurações domésticas. Como resultado, a mulher passou a exercer uma jornada múltipla: além do seu novo papel como trabalhadora formal, ela precisa cumprir as tarefas do lar.

— O arranjo tradicional é o do homem é o provedor e a mulher é a cuidadora. Quando passamos a ter uma entrada mais forte das mulheres no mercado de trabalho, começa a haver divisão do trabalho de cuidados não é compartilhado na mesma magnitude. A resistência à adaptação das rotinas cotidianas nas famílias é atribuída a valores culturais, que podem estar mudando lentamente. Para a socióloga Milena do Carmo, coordenadora do Instituto Promundo, é possível detectar conscientização crescente entre os novos adultos.

— Acreditado que é uma questão geracional. Se antes trabalhávamos com resistência em todos os segmentos da sociedade, hoje encontramos transformações nesse quadro, em especial entre as classes médias.

O Promundo é uma organiza-

ção não governamental (ONG) que trabalha com a promoção da equidade de gênero em várias frentes. Uma delas é a promoção do envolvimento dos homens na paternidade e nos cuidados domésticos, por meio de projetos educativos em escolas e centros de saúde, de seminários e de pesquisas periódicas.

Esforço

Apesar de enxergar um maior interesse dos homens, em nível individual, em se envolverem na transformação dos modelos padrão de organização familiar, Milena observa que ainda há pouco respaldo social para impulsionar essa mudança.

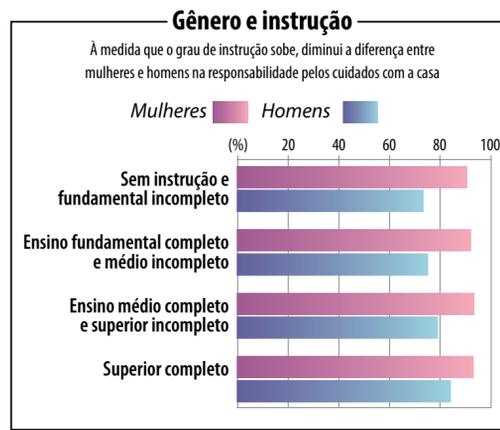
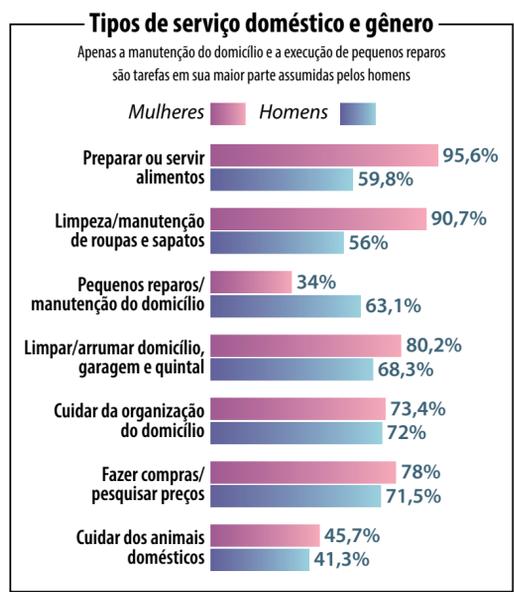
— Homens cuidando de crianças e limpando a casa ainda causam estranhamento e não têm encontrado apoio da família estendida, de amigos e do local de trabalho. Diversos relatos de pais envolvidos apontam para a dificuldade de encontrar outros homens na mesma situação.

Claudio Henrique dos Santos tem se esforçado para ser parte catalisadora desse esforço. Hoje morando na França, ele vem ao

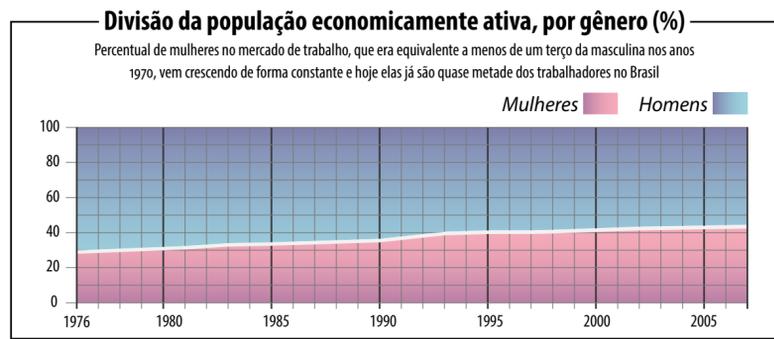
Brasil periodicamente para dar palestras sobre suas experiências pessoais. Também escreveu um livro: *Macho do Século XXI — O executivo que virou dono de casa. E acabou gostando* (Ed. Claridade, 2013). A adaptação da obra para o cinema está em fase de pré-produção.

Santos conta que se depara com reações positivas dos homens na audiência de suas palestras. Alguns, que já incorporaram o compartilhamento de tarefas como parte fundamental da vida cotidiana, mostram-se incentivados a “sair do armário”. Outros — os “mais cabeçudos”, diz — não reagem mal às exposições, pelo contrário: o jornalista acredita que a trajetória particular dele, sendo inicialmente um homem completamente insensível a essa questão, ajudado a se comunicar bem com essa parcela do público masculino.

— Coloco o cara para pensar que poderia ser ele [no meu lugar], porque eu era igual [a ele]. Se eu não tivesse vivido uma experiência super-radical, continuaria fazendo as mesmas coisas — explica.



Claudio Henrique dos Santos escreveu livro sobre experiência como dono de casa



Atividade no lar poderá ter reconhecimento como parte da economia e ser incluída no PIB

A desigualdade de gênero no campo das tarefas domésticas não é um tema que possa ser corrigido por interferência legislativa direta, mas há alternativas possíveis ao alcance das políticas públicas. Natália Fontoura, do Ipea, é uma das autoras de um estudo que busca estabelecer um marco conceitual para esse setor de atividades — chamado de “economia dos cuidados”.

A delimitação do termo já é alvo de discussões em nível acadêmico e há inclusive correntes divergentes que defendem definições mais ou menos abrangentes: uma delas se restringe aos cuidados diretos de pessoas dependentes e vulneráveis, enquanto a outra se refere a toda atividade necessária para manter a integridade de um ambiente (como lavar louça, fazer faxina e cozinhar). O que ambas as definições têm em comum, porém, é o objetivo de dar reconhecimento econômico a tarefas que são consideradas corriqueiras, mas que, se não forem realizadas, inviabilizam o funcionamento da economia formal.

— O cuidado doméstico não brota naturalmente se ninguém fizer, e só se alguém fizer é que as pessoas podem fazer todas as outras atividades, como trabalhar fora e ir para a escola. Tudo depende disso. A noção de trabalho tinha muito a ver com o mundo produtivo, gerando um bem ou produto mercantilizado, mas é importante entender que os cuidados são um trabalho — argumenta Natália.

O marco conceitual buscado pelo estudo do Ipea teria a função de inserir a economia dos cuidados no produto interno bruto (PIB) brasileiro, encontrando uma forma de quantificá-lo e atribuir a ele uma fatia da economia nacional. Com essa estatística em mãos, seria possível evidenciar a contribuição que as tarefas domésticas cotidianas prestam para a produtividade nacional.

Natália entende, ainda, que identificar essa contribuição jogará uma luz diferente sobre a discrepância da participação de cada gênero nas atividades domésticas.



Projeto de Rose de Freitas permite compartilhar licença-maternidade com pai

terno bruto (PIB) brasileiro, encontrando uma forma de quantificá-lo e atribuir a ele uma fatia da economia nacional. Com essa estatística em mãos, seria possível evidenciar a contribuição que as tarefas domésticas cotidianas prestam para a produtividade nacional.

Natália entende, ainda, que identificar essa contribuição jogará uma luz diferente sobre a discrepância da participação de cada gênero nas atividades domésticas.

Projetos

Há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que busca atingir essa finalidade. O PL 7.815/2017, da deputada Ana Perugini (PT-SP), inclui a economia de cuidados (em definição mais ampla) no Sistema de Contas Nacionais — uma base de dados do IBGE que afere o desenvolvimento econômico e social do país e serve de parâmetro para a elaboração de políticas públicas.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e ainda precisa passar por três outros colegiados antes de ser votado pelo Plenário da Câmara.

Iniciativas parlamentares que têm a intenção de corrigir

o problema da desigualdade na divisão de tarefas domésticas devem fazê-lo de forma indireta, tangenciando a questão pelas suas consequências. É o caso, por exemplo, do PLS 151/2017, da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que amplia a licença-maternidade de 120 para 180 dias e permite o compartilhamento de um terço desse período com o cônjuge. O objetivo é estimular maior envolvimento dos pais na etapa inicial da criação dos filhos.

Também faz parte dessa agenda o PLS 236/2011, da senadora Vanessa Grazziotin (PCDoB-AM), que obriga todas as empresas com mais de 100 funcionários a manterem creche em seus estabelecimentos. Dessa forma, as trabalhadoras teriam um recurso para poder retomar a vida profissional com tranquilidade.

Iniciativas como essas são consideradas positivas por Milena do Carmo, do Instituto Promundo. Ela defende maior envolvimento do poder público na sensibilização da sociedade para a necessidade de se implementar políticas de equalização das obrigações.

— Todo e qualquer apoio e responsabilização do Estado e da sociedade como um todo na educação de crianças irá transformar a realidade das famílias — afirma.

Natália também vê com bons olhos as ideias, mas adverte que elas devem ser formuladas de modo a não perpetuar a naturalização da divisão desigual de tarefas.

— As propostas são válidas, mas não suficientes. Não basta só oferecer vaga de creche sem entender que esse trabalho não deveria ser só da mulher.



Vanessa Grazziotin tem proposta para ampliar oferta de creche por empresas

Saiba mais

Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres — Fundação Carlos Chagas
http://bit.ly/dadosTrabalhoMulheres

Macho do Século XXI
www.machodoseculo21.com.br
Instituto Promundo
http://bit.ly/situacaoPaternidade

Economia dos Cuidados — marco teórico-conceitual, Ipea
http://bit.ly/EconomiaCuidados

Profissionais da imprensa pedem ações contra violência no trabalho

Em audiência no Conselho de Comunicação, debatedores lamentaram a impunidade nos crimes contra jornalistas e radialistas

NOS ÚLTIMOS 12 anos, de acordo com dados da Unesco, 38 jornalistas foram assassinados no Brasil por razões de trabalho, mas apenas 10 desses crimes foram solucionados. Em audiência promovida ontem pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS), sobre violência contra jornalistas e radialistas, profissionais da área lamentaram os casos de intimidação, censura e violência física contra comunicadores e condenaram a impunidade.

Adauto Soares, coordenador de Comunicação e Informação da Unesco no Brasil, observou que há 25 anos a Assembleia Geral da ONU proclamou 3 de maio como Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em uma tentativa de conscientizar o mundo para a luta a favor do direito de informar.

— Jornalistas continuam, no entanto, sendo mortos por investigar, denunciar e contar histórias, acrescentou. Os assassinatos acontecem em todos os estados, tanto nas periferias, quanto nas grandes cidades e nas regiões de fronteira — apontou.

No Brasil, um profissional foi assassinado no ano passado e foram registrados 82 casos de violência não letal, uma queda de 52% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Brasileira



Paulo Pimenta, Ana Dubeux, Murillo de Aragão, Josemar Pinheiro e Paulo Tonet Camargo

de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Mas o problema está longe de ser solucionado, segundo o presidente da Abert, Paulo Tonet Camargo.

— Não podemos tolerar violência contra um jornalista que for. É um ataque à liberdade de imprensa.

Para a diretora de Redação do jornal *Correio Braziliense*, Ana Dubeux, a intolerância e a falta de compreensão sobre o papel do jornalista são algumas das razões para os ataques.

— Nossa principal missão é informar, e não agradar. E muitas pessoas querem ser agradadas. Sem liberdade de imprensa, a democracia não existe — disse.

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga, afirmou que até 2013 os profissionais

de imprensa eram perseguidos principalmente por políticos, mas desde então cresceram os casos de agressões feitas por policiais e manifestantes. Ela denunciou o descaso das empresas de comunicação com a segurança dos profissionais e lamentou a impunidade.

Os ataques contra a imprensa têm tornado mais difícil o trabalho dos profissionais de comunicação, conforme apontou o presidente da Federação Nacional das Empresas de Rádio e Televisão (Fenaert), Gúlvér Leão.

— A imprensa é apenas a mensageira, noticia fatos, mas vemos a imprensa sendo colocada como vilã — disse.

O presidente do CCS, Murillo de Aragão, afirmou que o colegiado vai buscar soluções para o problema.

Reguffe cobra devolução de impostos sobre medicamentos no DF

Em dezembro do ano passado, o governo do Distrito Federal determinou, por decreto, a devolução aos consumidores de parte dos impostos cobrados sobre medicamentos, afirmou Reguffe (sem partido-DF). De acordo com as regras do programa, ao longo de quatro meses os cidadãos comprariam remédios, informariam o CPF no ato da compra e teriam direito a uma parte dos impostos de volta.

O problema, disse, é que até agora os créditos desses impostos não foram lançados no site do programa.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha lamenta dificuldade financeira de municípios do Pará

Paulo Rocha (PT-PA) lamentou a dificuldade enfrentada por municípios no interior do Pará por causa de quedas na arrecadação e no montante repassado pelo governo federal. Na opinião do senador, falta também infraestrutura para escoar a produção. Ele disse que os investimentos públicos estão voltados para grandes empreendimentos.

— Para o desenvolvimento da região, é preciso incluir o pequeno produtor, a agricultura familiar. O Pará tem vocação para ser um dos maiores produtores de peixe do mundo.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Combate a notícias falsas exige conscientização, diz relator

O combate às *fake news* (notícias falsas) não passa só pela criminalização da prática, mas pela ação conjunta de órgãos competentes para elaborar políticas públicas para conscientizar a população. A avaliação foi feita pelo conselheiro Miguel Matos, integrante do Conselho de Comunicação Social (CCS), ao relatar os 14 projetos de lei em tramitação no Congresso — 13 na Câmara e 1 no Senado.

Representante da sociedade civil, Matos preferiu não se manifestar a favor ou contra os projetos, tendo em vista a disparidade das propostas. Ele ressaltou que caberá ao legislador a definição das normas mais adequadas. O relatório deverá ser votado na próxima reunião do conselho.

De forma geral, ressaltou Matos, os projetos propõem criação de novas leis e alterações no Código Penal e no Código Eleitoral. As propostas que modificam o Código Penal têm caráter mais amplo. Outras contemplam

apenas o momento das eleições. O restante propõe definição de *fake news*, estabelecimento de responsabilidades e normas para retirada de conteúdo da internet. Entre os projetos, estão o PLC 79/2016, em tramitação no Senado, que muda as normas no setor de telecomunicações, e o PL 6812/17, em tramitação na Câmara, que dispõe sobre a tipificação criminal de divulgação



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Miguel Matos, qualquer retirada de notícia deve ser feita por ordem judicial

ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na internet.

Matos destacou o trabalho feito por uma frente parlamentar na Câmara sobre o tema e as ações propostas pela Comunidade Europeia no combate às notícias falsas, que incluem o aumento da transparência das notícias on-line, a "alfabetização midiática", a capacitação de jornalistas e usuários e a promoção de pesquisa contínua sobre o tema.

Na avaliação do conselheiro, a discussão sobre a divulgação de notícias falsas deve levar em conta a definição clara de *fake news* e a adoção do preceito de que a retirada de conteúdo deve ser precedida de ordem judicial.

O conselheiro Davi Emerich destacou o trabalho feito pela Justiça Eleitoral sobre o tema. A conselheira Maria José Braga disse que o debate conceitual está "contaminado" e cobrou uma definição precisa de *fake news*. Já o presidente do CCS, Murillo de Aragão, reconheceu ser preciso combater as notícias falsas.

Hélio José registra aniversário de três regiões administrativas

Os aniversários de três regiões administrativas do Distrito Federal celebrados no início de maio foram destacados por Hélio José (Pros-DF) registrou.

Este mês o Guará completou 49 anos, Águas Claras, 15 anos, e Riacho Fundo 2 tem agora 23 anos, disse o senador.

Segundo Hélio José, mais de 322 mil habitantes nestas três regiões buscam uma vida melhor, moradia digna, mais emprego e formação profissional mais qualificada.



Waldeir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Valdir Raupp (C) coordena audiência com José Tavares de Araújo Júnior (E), do Cindes, e Lucas Ferraz, da FGV

País precisa ampliar acordos internacionais, aponta debate

Especialistas defenderam ontem que o Brasil precisa aproveitar disputas no comércio mundial para firmar mais acordos de importação e exportação com países e blocos de países desenvolvidos

O BRASIL DEVERIA aproveitar o atual cenário de disputas no comércio internacional para aumentar os acordos comerciais com países e blocos, sugeriram ontem os participantes do quinto painel do ciclo de debates “O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”, da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Doutores em economia, ambos os debatedores convidados falaram sobre as oportunidades e os desafios para o Brasil diante das disputas comerciais internacionais, principalmente as protagonizadas pelos Estados Unidos com a China e em relação a produtos como aço e alumínio. Para eles, o Brasil precisa seguir a tendência mundial e fechar mais acordos de importação e exportação, principalmente com nações ou blocos de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, União Europeia, Coreia do Sul e Japão.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Lucas Ferraz informou que atualmente mais da metade de

todo o comércio global é feito por meio dos mais de 270 acordos comerciais regionais em todo o planeta. Para ele, o Brasil precisa deixar de lado o preconceito de que exportar é melhor que importar. Todo país que é grande exportador é também grande importador, disse o professor.

Importação

Ele defendeu a diminuição das tarifas de importação brasileiras, principalmente de bens intermediários (componentes elétricos, borracha e plástico, por exemplo) e de bens de capital (máquinas, equipamentos e materiais de construção), como forma de o país ter uma maior inserção no comércio internacional. Isso também ajudaria no incremento do PIB, afirmou.

— Temos as maiores tarifas de bens de capital e de bens intermediários do mundo. Como a gente vai se integrar desse jeito? — disse.

O diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), José Tavares de Araújo Júnior, disse que os atuais movimentos

protecionistas do governo Donald Trump nos Estados Unidos seguem a tradição daquele país de medidas protetivas seletivas e temporárias, principalmente em governos de representantes do Partido Republicano.

Para ele, se o Brasil diminuir suas tarifas de importação de maneira gradual, os custos de produção da economia nacional ficariam mais baratos.

Ele sugeriu que o Brasil promova uma reforma portuária inspirada em grandes portos do planeta, como Roterdã, na Holanda, e Xangai, na China. A reforma, ressaltou, tem que priorizar a governança corporativa da autoridade portuária para eliminar as influências políticas nos portos e dar mais transparência ao setor. Com isso, o Brasil caminharia mais rápido para a integração internacional.

A audiência interativa foi conduzida pelos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Valdir Raupp (PMDB-RO). A CRE é presidida por Fernando Collor (PTC-AL) e tem Jorge Viana (PT-AC) como vice-presidente.

Comissão analisa incentivo a esporte na escola

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar hoje dois projetos que tratam de medidas de incentivo à prática esportiva no ambiente escolar. Se aprovados na comissão e não houver pedido para análise do Plenário, seguem para a Câmara.

Uma das propostas, do senador Romário (Pode-RJ), estabelece que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem apoiar jogos escolares como forma de promoção do desporto escolar (PLS 488/2015).

Para o senador, é fundamental incentivar e promover o espaço escolar como local indispensável para o projeto de democratização do esporte

no Brasil. Romário diz que o objetivo é aproximar a iniciação desportiva e a escola. Pelo texto, a iniciação para a prática de esportes deverá ocorrer em espaços que disponham de infraestrutura para o desenvolvimento de, no mínimo, três modalidades esportivas.

O relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), é favorável ao projeto.

Princípio

A segunda proposta, do senador Lasier Martins (PSD-RS), prevê o incentivo ao desporto como um dos princípios da educação nacional (PLS 25/2017). Os objetivos do projeto são contribuir para a saúde e o desenvolvi-

mento das potencialidades do desporto de rendimento, além de destinar os recursos de financiamento desportivo preferencialmente ao desporto escolar.

Relator, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) elogia a iniciativa ao apontar que o estímulo ao desporto educacional deve ocorrer de forma ampla e continuada, incluindo a descoberta, a formação e o incentivo de novos talentos.

Na mesma reunião, a comissão vai analisar o projeto que cria o Dia Nacional da Resolução de Conflitos (PLS 305/2017), dois requerimentos para audiências públicas e uma série de projetos que nomeiam estradas e viadutos.

Gastos com educação devem ser monitorados, dizem especialistas

Os recursos destinados à educação devem ser bem empregados e constantemente monitorados, afirmaram ontem os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) sobre o controle externo das despesas do setor.

Participaram do debate pesquisadores e representantes dos tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, destacou que seu estado gasta em três anos com um presidiário o mesmo que investe em um aluno em 17 anos de educação básica.

O professor da USP José Marcelino Pinto disse que, sem mais recursos, não é possível melhorar a escola pública.

E a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo Élide Graziane Pinto advertiu que a gerência na educação pública tem que evoluir.

— Qualquer dono de escola particular sabe, diante do número de alunos que tem e do número de turmas que tem, se os seus professores estão com uma carga horária, no seu plano de cargos e salários, na sua estrutura de carreira, de 40

horas, de 30 horas, de 20 horas, e se as turmas estão em horário integral, parcial. Qualquer dono de escola particular sabe de quantos professores precisa — afirmou a procuradora, observando que a administração pública precisa ter o mesmo tipo de controle que o ensino particular.

Élide também apresentou dados que apontam investimento federal maior no ensino superior do que na educação básica. O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) se mostrou surpreso.

— Eu mesmo não sabia que os recursos federais alocados ao Fundeb são inferiores ao do Fies, algo que nos espanta — afirmou.

Os senadores foram apresentados a um aplicativo do Tribunal de Contas de Minas Gerais que monitora o cumprimento de metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). A assessora da presidência do tribunal Naila Garcia Mourthé detalhou o aplicativo “Na Ponta do Lápis” que funciona apenas para municípios mineiros. Mas, segundo ela, a plataforma é aberta e pode ser adaptada facilmente pelos demais estados.



Anastasia (C) se disse surpreso com investimento menor na educação básica

Brasileiros são contra o foro privilegiado, ressalta Randolfe

O Congresso já poderia ter aprovado a PEC 10/2013, que dá fim ao foro privilegiado, no caso de crime comum, para todas as autoridades, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo ele, como o texto ficou parado na Câmara dos Deputados, a decisão de limitar o foro a casos relacionados aos mandatos parlamentares acabou sendo tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

O senador ressaltou que mais de 70% dos brasileiros são contra o foro por prerrogativa, por acreditarem que se trata de uma medida “para privilegiar alguns e acobertá-los com o manto da impunidade”.

Telmário pede medidas para crise da imigração venezuelana

Telmário Mota (PTB-RR) cobrou do governo medidas urgentes para conter a imigração dos venezuelanos, que, disse, tem prejudicado os roraimenses. Ele ressaltou que o pedido de providências vem sendo feito desde o fim de 2015, mas o governo age com indiferença.

Segundo o senador, o estado não suporta a imigração de massa, que tem gerado, só na parte educacional, aumento de quase 400% na demanda.

— Na saúde, são números assustadores; na segurança, não se fala. E o pior que o recurso que o governo federal encaminhou ao estado não chegou a R\$ 400 mil ou 500 mil.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reforma tributária pode reduzir concentração de renda, diz debate

Para os debatedores, o atual sistema tributário beneficia os mais ricos, que têm mais isenção fiscal e pagam menos Imposto de Renda

PARA REVERTER A concentração de renda nas próximas décadas, senadores, especialistas e sindicalistas defenderam mudanças na legislação tributária, investimentos na educação e políticas de distribuição de renda, de reforma agrária e de valorização do salário mínimo. A avaliação foi feita ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Celso de Souza, afirmou que o atual sistema beneficia os mais ricos, que têm mais isenções fiscais e pagam menos Imposto de Renda e sobre o patrimônio.

— As desigualdades nascem a partir do momento em que o sistema tributário não cumpre a função de redistribuição de renda. Ao contrário, protege os mais ricos, sempre com o discurso de que é para atrair investimento. É, sim, por meio de uma reforma tributária qualificada, com visão solidária, que nós vamos conseguir diminuir este enorme fosso de desigualdade que separa nossa sociedade hoje. Uma enorme parcela vive inclusive abaixo da linha da miséria.

Para o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Apli-



Vice-presidente da CDH, Paim (4º à esq.) destaca que o Brasil é um dos países com maior concentração de renda

cada (Ipea) Sergei Suarez, nos últimos 20 anos, as políticas públicas para redução da concentração de renda dos mais ricos foram desenvolvidas em torno da educação, do salário mínimo e da proteção social.

— Hoje essas políticas não são suficientes. Acabou a fase indolor da redução da desigualdade. Agora a gente tem que dizer quem vai perder ou quem vai deixar de ganhar. É preciso retomar a reforma da Previdência, pensar em uma reforma que seja progressiva. A gente tem que pensar também em reforma agrária, na abertura da economia e na redução dos monopólios — afirmou.

O relatório da ONU que usa como referência o Índice

de Gini aponta que o Brasil ocupa a décima pior posição no ranking da desigualdade, atrás de nações como Ruanda, Congo e Guatemala. Já o IBGE revela que, enquanto 10% dos brasileiros mais ricos detêm 43% da renda total, os 10% mais pobres dividem menos de 1% da riqueza nacional. Levantamento do IBGE revela que, em 2017, 1% da população teve rendimento médio mensal de R\$ 27 mil, enquanto metade dos trabalhadores ganhou R\$ 754, um valor menor do que o salário mínimo.

Cor e gênero

Os debatedores lembraram que a desigualdade na distribuição de renda é ainda maior

nas regiões mais pobres e entre negros, mulheres e pessoas com menos escolaridade. O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou os indicadores e citou relatório da ONG inglesa Oxfam, segundo o qual seis famílias brasileiras concentram uma fortuna de aproximadamente R\$ 300 bilhões.

— O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo. Ninguém tem dúvida quanto a isso. Os indicadores de miséria e pobreza aumentam a concentração de renda. É um absurdo que seis famílias praticamente detenham mais de 50% de tudo que é produzido no país. Poucas vezes essa informação é divulgada — alertou o senador.

Servidores veem ameaça em projeto de lei sobre Previdência

Representantes de entidades de servidores públicos alertaram ontem para uma espécie de “reforma da Previdência disfarçada” em tramitação no Senado. A audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu projeto que trata da compensação previdenciária entre os entes federativos (PLS 395/2017). De acordo com os participantes do debate, porém, o texto traz embutida a possibilidade de triplicar a alíquota de contribuição dos servidores.

Com a compensação previdenciária, os entes federativos custeiam benefícios de contribuintes que estavam anteriormente vinculados a outro regime. Esse é o caso, por exemplo, de um servidor municipal que passa em concurso para cargo federal. Apesar de ser essa a ementa do projeto, os participantes da audiência disseram ter descoberto, em outros artigos, regras que prejudicam o conjunto dos servidores públicos.

A mudança em questão é a possibilidade de criação de

alíquotas suplementares de contribuição previdenciária para equacionar os deficits financeiros e atuariais. De acordo com o texto, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), no caso de avaliação atuarial apontar deficit, os servidores poderão ter que pagar uma contribuição suplementar. No texto original não havia limite para essa contribuição, mas o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), estipulou o máximo de 22% da remuneração. Com isso, o total pago pelos servidores para a Previdência poderia chegar a 33% da remuneração, três vezes o que pagam hoje.

— Isso demonstra que o governo tem um interesse claro de confiscar a renda do trabalhador. O servidor público, hoje, contribui com 11% do total dos rendimentos e continua contribuindo depois de aposentado. Agora, cria-se uma contribuição suplementar de mais 22%. Somando com o Imposto de Renda, dá mais da metade do salário do

trabalhador — disse Rogério Araújo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

“Ementa errada”

Para o diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Celso Malhani, o governo deixou um “balão de ensaio” que poderia levar os trabalhadores a pagar, para o resto da vida, uma alíquota de 33%. O texto, disse, é mais que uma reforma previdenciária e mexe profundamente na condição financeira dos contribuintes sem mencionar isso claramente na ementa.

— Se esta coisa veio em silêncio até aqui é porque a ementa estava errada e conduzia o leitor a engano. Eu quero alertar a todos que, em última análise, é uma tentativa de facilitar um golpe no trabalhador — disse Malhani, antes de afirmar que o autor possa ter sido levado a cometer um erro. Ele sugeriu que sejam ouvidos representantes do

governo sobre o projeto.

O presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins Neto, lembrou que o texto não recebeu nenhuma emenda na CAS. Para ele, o projeto não pode ser votado sem o debate necessário:

— Não pode uma matéria dessa importância estar pronta para ser votada. A qualquer momento essa matéria pode ser incluída na pauta da CAS e ser deliberada como temos visto em alguns projetos importantes aqui no Senado — afirmou.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que pediu a audiência, prometeu aos participantes que conversará com o autor do projeto, para pedir a retirada do texto, e depois com o relator. Se não obtiver sucesso, afirmou, fará requerimento para que a proposta seja analisada por mais comissões além da CAS e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), as duas previstas inicialmente.

Paim anuncia para quinta a leitura do Estatuto do Trabalho

O Estatuto do Trabalho está pronto para ser apresentado ao Senado, disse Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o documento será lido na quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto foi preparado a partir do trabalho de uma subcomissão com esse fim.

De acordo com Paim, o novo estatuto tem mais de 900 artigos, recupera direitos retirados com a reforma trabalhista e trará regras que beneficiam tanto trabalhadores quanto empregadores. Paim disse que ouvirá sugestões de todos e que o texto ainda será debatido.

— Como relator, eu ficarei recebendo todos os subsídios — declarou.

Fátima critica plano de fechamento de agências dos Correios

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o plano dos Correios, noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de fechar 513 agências e demitir mais de 5 mil funcionários.

— Isso estava sendo tramitado na surdina. Mas, a exemplo da luta que desencadeamos para defender os bancos postais, vamos agora nos posicionar contra o fechamento das agências próprias — disse a senadora.

Fátima considerou uma tragédia o desmonte dos Correios e anunciou que a Comissão de Desenvolvimento Regional vai fazer uma audiência sobre o assunto.

Gleisi Hoffmann lembra 30 dias da prisão de Lula

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembrou, sob protestos, que ontem se completaram 30 dias da prisão do ex-presidente Lula. Ela reafirmou, no entanto, que o PT lançará o ex-presidente como candidato do partido nas eleições presidenciais de 2018 e que é mentira que Lula não possa se candidatar.

Gleisi argumentou que a Constituição prevê a suspensão dos direitos políticos de qualquer pessoa apenas após o trânsito em julgado da decisão penal condenatória, o que não seria o caso do ex-presidente Lula.



Waldemir Borreto/Agência Senado



Waldemir Borreto/Agência Senado